

## Arquitetura e Participação – Uma Experiência de Ensino de Projeto

Teresa Madeira da Silva<sup>a</sup>

### Resumo

O tema da participação tem vindo a ganhar destaque dadas as circunstâncias da prática profissional em arquitetura em Portugal. Discute-se a possibilidade de desenvolver experiências na academia de modo a adequar os procedimentos pedagógicos a estas novas circunstâncias. Envolvendo dois Departamentos de Arquitetura (ISCTE-IUL, e TU-Darmstadt), e outras entidades, realizou-se em Lisboa uma *Summer School* - *Projetar em Tempo de Escassez* (2014), onde se problematizaram, de forma colaborativa, tópicos associados aos núcleos antigos das cidades através de propostas para o bairro do Castelo. Os resultados revelaram uma arquitetura contextual que não passa diretamente pela construção, mas por soluções com um carácter organizacional.

### Palavras-Chave

Ensino de arquitetura, Processos participativo, Novas práticas em arquitetura, Património

### Abstract

Participation has been gaining importance given the circumstances in which architecture professional practice in is developed in Portugal. It's discussed the possibility of developing experiences in the academy in order to adapt the pedagogical procedures to these new circumstances. Involving two Architecture Departments (ISCTE-IUL, and TU-Darmstadt) and other entities, was held in Lisbon a *Summer School* - *Designing in Time Scarcity* (2014), where they were problematized, in a collaborative way, topics related to the old city centers and made proposals for Castelo. The results obtained revealed a contextual architecture that did not go directly through the construction, but through solutions with a organizational character.

### Keywords

Architectural education, Participatory processes, New practices in architecture, Heritage

### Introdução

Este artigo tem como objetivo dar a conhecer uma experiência de ensino de projeto de arquitetura, desenvolvida no Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa, uma *Summer School* internacional designada - *Projetar em Tempo de Escassez* - *Ocupações Temporárias em Espaços Devolutos* realizada em Lisboa, em 2014 e associada a uma UC de prática de projeto.

Confrontados com a situação atual da profissão do arquiteto decorrente da crise económica (falta de encomenda pública e privada) e atendendo às alterações que decorrem do novo sistema de ensino (sendo as mais significativas a reforma de Bolonha e a passagem do ensino universitário de elites para um ensino universitário de massas), o objetivo central da *Summer School* foi aproximar o ensino das novas práticas da arquitetura tendo

como referência o conceito de processo participativo. Neste sentido, procurámos, de uma forma colaborativa, problematizar tópicos associados aos núcleos antigos das cidades e realizar propostas de intervenção para o bairro do Castelo em Lisboa. Sendo a aprendizagem do projeto um processo cumulativo, o objetivo desta experiência de ensino foi abrir a formação do conhecimento em arquitetura, à sensibilidade percetiva e à ideia de cidade e de arquitetura como uma teia complexa de práticas e onde atuam diferentes atores. Pretendeu-se que o trabalho desenvolvido ultrapassasse a investigação associada ao espaço e às três dimensões - restrito às questões formais da arquitetura, para se transformar num processo de construção de conhecimentos em diferentes patamares do conhecimento, ou seja, em experiências mais do que em certezas e onde a consciencialização as das opções tomadas e das escolhas efetuadas seria uma prioridade.

<sup>a</sup> Professora Auxiliar no Departamento de Arquitetura do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa). ISCTE-IUL / DINAMIA/CET-IUL. Email: teresa.madeira@iscte.pt

Com a participação de vinte e seis estudantes de ambas as universidades, três professores do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL, cinco professores da *Faculty of Design and Technology Technische Universität Darmstadt*, duas investigadoras do DINA-MIA'CET-IUL, dois arquitetos da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente um arquiteto e uma arquiteta paisagista, três colaboradoras da Associação FAS (Fundo de Arquitectura Social), um arquiteto da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, e naturalmente alguma população residente, esta experiência de ensino realizou-se na freguesia de Santa Maria Maior em Lisboa, durante oito dias e o trabalho incidiu no bairro do Castelo de S. Jorge<sup>1</sup>.

### Enquadramento teórico

#### *Processos participativos: conceito e estado da arte*

De uma forma geral, processos participativos são, no nosso entender, formas de gestão que ampliam o processo de tomada de decisão da sociedade. Para Carreira e outros, estes processos por vezes, determinam-se pelos princípios da inclusão, do pluralismo e da justiça social, procurando responder a problemas não resolvidos pela democracia representativa. (Carreira *et al.*, s.d.). Segundo Edgerton e outros, a participação é um processo mediante o qual os interessados influenciam e controlam conjuntamente iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que os afetam de forma direta. Podemos dizer que este tipo de processo abrange um ciclo que inclui diálogo, análise, ações e reações participativas no âmbito das estruturas políticas e do governo, com o objetivo de incorporar as opiniões de todos os níveis da sociedade civil. Segundo os autores mencionados, a participação não é um processo uniforme, pelo contrário, abrange uma sequência de abordagens que vão desde a divulgação de informação, à colaboração, passando pela coordenação, consulta e representação política. Na perspetiva de Nazareth (2013), é no contexto de crise económica dos anos 20 na Europa e em oposição à habitação da cidade industrial que surgem as primeiras operações de habitações comunitárias, designados os “Baugemeinscha-

ften” na Alemanha e “autoconstrução popular” em França. Deste modo, as consequências das duas grandes guerras e o déficit de habitação em França foram as principais causas das primeiras operações participadas na Europa na sua maioria, realizadas pela classe operária (Nazareth, 2013). Segundo o mesmo autor, alguns processos participativos foram igualmente um contraponto à arquitetura moderna. Nesta perspetiva, “apesar do aspecto inovador dos projectos modernistas, a adaptação ao contexto social local não era sempre alcançada, e a mistura de classes sociais era muito superficial.” (Nazareth, 2013). Durante as décadas de 60 e 70, o arquiteto italiano Giancarlo de Carlo<sup>2</sup>, foi um dos pioneiros na reflexão sobre a importância da arquitetura participativa e na criação de procedimentos de trabalho que incorporassem a participação dos utilizadores na elaboração de projetos. As suas propostas e a maneira de desenvolver projectos foram passos importantes na definição de procedimentos de trabalho em projectos participativos, “exemplificados no projeto de habitação operária, em Vila Matteotti (1964-1974) ou no estudo para o desenvolvimento urbano de Urbino (1958-1976)”. (Barone e Dobry, 2004). De Carlo teceu reflexões críticas sobre os processos participativos, constituindo uma referência na atualidade. É aceite que no contexto do Team 10, Giancarlo de Carlo fez críticas contundentes ao purismo proposto por Le Corbusier, no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna – CIAMs, baseadas na falta de ligação entre a arquitetura e as questões urbanas. Assim a crítica de Giancarlo de Carlo recaí sobre o modo como na época, a discussão à volta da arquitetura era reduzida à sua dimensão formal, na qual os elementos plásticos adquiriam um valor determinante escondendo outras dimensões relevantes como a sua utilidade, o modo como era produzido, etc. (Barone e Dobry, 2004). Segundo Barone e Dobry, “uma das propostas centrais defendidas pelo grupo era a ampliação do entendimento das relações entre arquitetura e urbanismo, por meio da interação do habitante com o lugar. Para eles, morar era mais que possuir uma casa, era pertencer a um lugar, apropriar-se do lugar como parte da cidade. Para de Carlo, foi pelos procedimentos de projeto participativo que se desvendou uma possibilidade de resposta, para um entendimento adequado dessas relações” (Barone e Dobry, 2004), entre

<sup>1</sup> Colaboraram neste *Summer School* vários tutores professores, estudantes e agentes locais: Professores da TUDarmstadt: Anett Joppien (coord.); Sascha Luippold (Prof.); Matthias Schoenau; Wolfgang Hinkföth; Albert Dietz. Professores do ISCTE-IUL: Teresa Madeira da Silva (Prof. coord.); Rosália Guerreiro (Prof.); Pedro Pinto (Prof.); Estudantes de Doutoramento e Mestrado e investigadores do DINÂMIA'CET-IUL: Marianna Monte (PhD stud.), Ana Ferreira (M. stud.) Arquitectos da Câmara Municipal de Lisboa: Rogério Gonçalves (Arq. Unidade de Coord. Territorial); Rosário Salema (Arq. Direção Municipal do Ambiente Urbano); Arquitectas do Fundo de Arquitectura Social: Raquel Melo Morais; Patrícia Chorão Ramalho (Arqs.); Assessor da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior: José de Melo Carvalheira (Arq.); 10 estudantes do ISCTE-IUL e 16 estudantes da TU Darmstadt.

<sup>2</sup> Giancarlo de Carlo era membro do Team 10, grupo de arquitetos os quais desenvolveram uma reflexão conjunta acerca dos problemas da arquitetura moderna.

os habitantes e o lugar. Assim a sua “posição é contrária à proposição de um estilo internacional, universal e reconhecido como moderno, que marcou o debate da arquitetura durante os anos 50.” (Barone e Dobry, 2004).

A ideia da arquitetura inserida no contexto da cidade e pertencente a um determinado lugar teve influência direta na sua obra articulando assim a arquitetura e o urbanismo em contacto direto com as pessoas. “A criação do Laboratório de Desenvolvimento da Arquitetura e do Urbanismo (ILAUD) (em 1976) e da revista Spazio e Società (em 1977) foram respostas concretas a inquietações as quais emergiram no arquiteto em função das reflexões sobre a importância da existência de espaços de debate sobre a arquitetura e o urbanismo” (Barone e Dobry, 2004). De Carlo traduziu a participação dos utilizadores no processo de projeto como uma oportunidade a partir de três tópicos: oferecer aos habitantes da cidade opções de escolha, ampliar a sua visão das questões arquitetónicas e mostrar ao cidadão os seus direitos no campo do urbanismo e o modo como reivindicá-los, com base nas suas necessidades. Para Carlo, “o sentido da participação é incluir quem nunca fez parte de processos de decisão, além de garantir respeito ao espaço existente e à sociedade, como história, como cultura” (Barone e Dobry, 2004).

Em Portugal podemos apontar alguns processos participativos sendo o mais expressivo, conhecido por *Operações SAAL* (Serviço de Apoio Ambulatório Local) cujo decurso ocorreu poucos meses depois do 25 de Abril de 1974. Neste caso, sendo um projecto pioneiro na Europa, o processo incluiu a realização de um grande número de projectos, em conjunto com a população e atendendo às suas necessidades.<sup>3</sup>

No contexto atual, a questão ideológica dos processos participativos sustenta as causas ecológicas e sociais e fomenta formas de habitar comunitárias à procura do desenvolvimento sustentável à escala local. Para Montaner (2016), a questão da arquitetura e do urbanismo informais veio criar uma transformação importante no início do século XXI proporcionando processos de projeto diferentes dos da arquitetura erudita. Veja-se o caso das propostas de Alejandro Aravena (Elemental-Chile) para a quinta Monroy (Iquique, 2003-2004) e as intervenções de Jorge Mário Jáuregui para as favelas do Rio de Janeiro, onde, “depois da elaboração dos esquemas de leitura da estrutura do lugar e dos processos de participação, os projectos levam em conta todos os factores que influenciam nas intervenções: factores infraestruturais, socio-

lógicos, ecológicos, urbanísticos, arquitectónicos, legais filosóficos e psicológicos.” (Montaner, 2016, p. 104). Também a criação de “arquitecturas colectivas”, (...) “grupos de jovens questionando a prática profissional hierárquica e convencional, buscando novas praxes, métodos, processo e trabalhos” (Montaner, 2016, p. 106), contribuem para a implementação de diferentes formas de participação na elaboração de projectos de arquitetura. Aqui verifica-se a dissolução do autor dentro do trabalho em equipa e a procura de diferentes formas de fazer arquitetura, ultrapassando a prática tradicional do projecto e da construção. As suas práticas passam por “activismo social, arquitecturas temporárias, exposições instalações, acções, cinema experimental e documental, webs e blogs” (Montaner, 2016, p. 106). Em Portugal, Santiago Baptista, identifica uma nova geração de arquitetos portugueses denominada de “geração z” (Baptista, 2011) que se organizam em colectivos interdisciplinares e onde se incluem, num primeiro ciclo, os MOOV, Arquitectos Anónimos®, Kaputt! e AUZprojekt e posteriormente os For A, os Embaixada, os Blaanc, André Campos+Joana Mendes, Plano B+José Pedro Sousa, Extrastudio, Atelier data, o FAS (Fundo de Arquitetura Social) entre outros.

#### *Benefícios e limitações dos processos participativos*

Na linha de J. Edgerton e outros, existem vários princípios orientadores da participação na estratégia para a redução da pobreza que se considera poder aplicar em qualquer processo participativo. Assim, *transparência, inclusão, viabilidade, sustentabilidade, aperfeiçoamento comum e orientação por resultados* são tópicos que se consideram operativos nas estratégias da participação. O primeiro, enumerado por estes autores que consideramos relevante, refere-se à *transparência* e prende-se com a clareza do processo de consultas e os seus resultados quer a nível nacional quer a nível local reforçando a confiança, e essencialmente o apoio da sociedade civil. O segundo a *inclusão*, alude ao aproveitamento do conhecimento e da experiência de grupos mais vulneráveis. O terceiro tópico a *viabilidade* prende-se com o aproveitamento dos sistemas políticos e do governo para a implementação dos processos. O quarto tópico, *sustentabilidade* refere-se à probabilidade de sustentação dos processos participativos quando estes aproveitam mecanismos existentes. O quinto tópico que consideramos relevante refere-se

<sup>3</sup>“Em 1974-76, o SAAL surgiu como um serviço descentralizado e desburocratizado, inserindo-se nos processos complexos da relação tripartida entre o Estado, os moradores pobres e os arquitetos.” (AAVV, 2014).

ao *aperfeiçoamento contínuo* e prende-se com a interação entre participação, reação, planeamento, implementação e avaliação, fundamentado em objetivos e indicadores pré-estabelecidos. O sexto e último princípio, *orientação por resultados* refere-se à informação dirigida ao planeamento e à implementação de estratégias dos projetos em questão. (Edgerton *et al.*, s.d).

Apesar os benefícios que se reconhecem nos processos participativos também estes contêm algumas limitações. Segundo os mesmos autores, existem vários obstáculos à participação. O primeiro diz respeito à possibilidade de criação

de processos participativos paralelos, não integrados nas estruturas sociais e políticas existentes; o segundo refere a existência de um limitado grau de confiança, conflitos de interesse e diferentes poderes de negociação entre grupos de interessados, resultando, por vezes, na desorganização do processo e em abusos de confiança. Também, constitui outro obstáculo à participação a possibilidade de distintas perceções dos interessados a respeito do processo participativo resultando em expectativas exageradas de alguns a respeito dos resultados dos processos participativos. A troca de informação insuficiente entre os participantes do processo e o mau planeamento dos mesmos, por vezes carentes de conclusões definidas e com orçamentos pouco realistas, são outras limitações dos processos. Por fim, a falta de vontade política dos agentes de governo no sentido de permitir uma participação ampla, motivada pelo temor de perder influência ou poder, constitui uma dificuldade à implementação do processo de participação, tal como a limitação de tempo, de capacidade e de recursos. (Edgerton *et al.*, s.d).

### Summer School - Projetar em tempo de escassez

Tendo por base o enquadramento teórico anteriormente apresentado centrado no conceito de processo participativo, a metodologia utilizada na prática de projeto nesta experiência de ensino teve, entre outros, como principal objetivo, aprofundar o conhecimento da cultura do território e da cidade de forma integrada, nas dimensões física, geográfica, patrimonial, económica e social, através da documentação disponível, mas também da observação direta, do registo em papel e do contacto com diferentes agentes locais e com a população. Assim, pretendemos a partir da *Summer School*, desenvolver experiências na academia de modo a adaptar as práticas pedagógicas às novas circunstâncias da profissão de arquiteto, enquadradas em estratégias de participação. A ideia de que a cidade não é só forma, mas uma teia complexa de práticas onde se incluem vários eixos: físico, económico, histórico, social, político, etc. constitui a base da nossa atuação. Ir ao encontro do modo como se configura e sensibiliza a valorização do património arquitetónico de forma ampla onde a participação de diferentes agentes, contribui para a construção do projeto e onde as propostas apresentadas não deveriam passar somente pela intervenção no edificado, foi o ponto de partida



Imagem 1 e 2 - Área de Estudo – Castelo, Freguesia de Santa Maia Maior  
Fonte: Fotografia, Madeira da Silva

para a realização das intervenções. (Madeira da Silva *et al.*, 2016).

Em termos metodológicos, duas premissas constituíram potenciais fatores de mobilização e de atuação centradas em práticas de participação: 1. o desenvolvimento do trabalho no lugar numa relação de proximidade com a população local e com o sítio. 2. a possibilidade de criar equipas interdisciplinares e internacionais com professores, alunos das duas Universidades e com agentes locais em contacto direto com o sítio e com a população local. O contacto direto com o bairro, por parte dos estudantes, abandonando, deste modo, a sua habitual zona de conforto (produção de um projeto de arquitetura em sala de aula) foi uma das propostas metodológicas para uma maior aproximação destes, à realidade social. Assim, o diálogo com os agentes locais e com a população (normalmente excluídos dos processos de decisão), a análise do sítio a partir da observação das vivências dos seus habitantes, moradores do bairro do castelo, a consulta dos representantes políticos a partir dos técnicos da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Lisboa e uma apresentação final dos trabalhos aberta a todos os intervenientes com a presença do Presidente da Junta de Freguesia, foram procedimentos que apoiaram o processo de trabalho para uma melhor compreensão da relação entre a arquitetura, o urbanismo, os habitantes e os decisores. Assim, os participantes instalados num edifício cedidos pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, junto às muralhas do Castelo de São Jorge (a antiga Casa do Governador), começaram por identificar locais específicos onde intervir, o que implicou percorrer e conhecer esta zona da cidade com a colaboração da sociedade civil (Junta de Freguesia, Associação FAS, população, CML, etc.). A metodologia adotada implicou, deste modo, o desenvolvimento do pensamento crítico sobre os problemas a debater em grupo, de modo a enriquecer a capacidade de análise de cada um.

A *Summer School* abriu com um conjunto de palestras que davam o mote para o início dos trabalhos. Os conteúdos programáticos propostos aos estudantes tinham como premissas: 1) identificar locais específicos onde intervir, o que implica percorrer e conhecer a cidade; 2) propor valências programáticas adequadas ao sítio escolhido a partir de quatro funções básicas: Habitar, Trabalhar, Trocar e Lazer; e, finalmente, 3) desenvolver propostas criativas que, de forma articulada, apontem para mudanças necessárias ao desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa e, ao mesmo tempo, contribuam para o debate de ideias sobre as problemáticas das ci-

dades europeias contemporâneas, particularmente a problemática associada à intervenção nos centros históricos.

Os conteúdos programáticos concretizaram-se a partir de duas linhas de atuação: a primeira, através da identificação dos elementos fundamentais do território, interpretando e representando o objeto de estudo atendendo às especificidades do território como a morfologia, a tipologia, a implantação do edificado, a população e os usos pré-existentes; a segunda, a partir do diálogo com os agentes locais e população residente, de modo a complementar o enten-

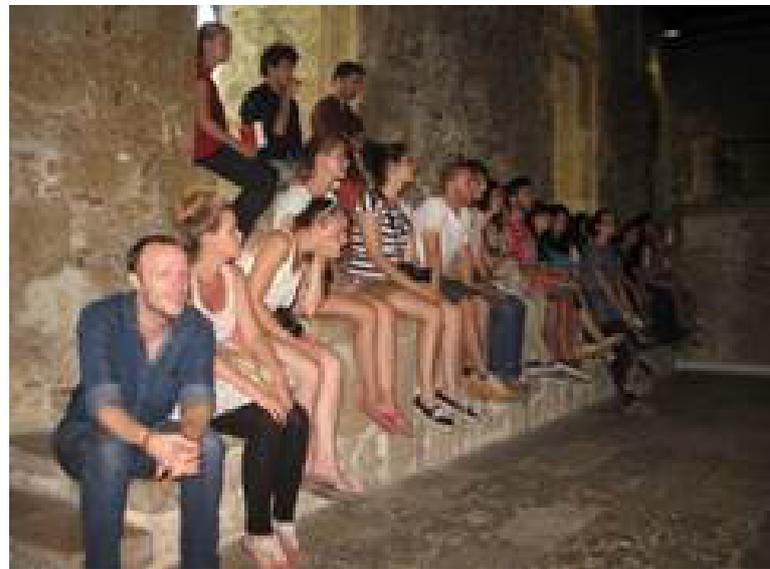


Imagem 3 e 4 - Visitas na área de intervenção  
– Castelo, Freguesia de Santa Maria Maior.

Fonte: Fotografia, Madeira da Silva



Imagem 5 e 6 - Visitas na área de intervenção  
– Castelo, Freguesia de Santa Maia Maior.

Fonte: Fotografia, Madeira da Silva

dimento de como se organiza a vida no bairro. (Madeira da Silva *et al.*, 2016).

Os tópicos desenvolvidos pelos estudantes para a realização de um plano geral foram estabelecidos previamente como eixos orientadores do trabalho a desenvolver. Deste modo, mudanças demográficas; gentrificação; mobilidade/acessibilidade; infraestruturas; conflito dos utilizadores; turismos versus vida; conexões e vistas; défice de zonas verdes e espaços públicos; musealização versus bairro, foram alguns dos tópicos lançados no decorrer dos trabalhos.

Tendo como referência a perspetiva apontada por de Carlo, procuramos compreender, mais do que os aspetos físicos do lugar, as relações dos seus habitantes com os sítios que habitam de modo a oferecer aos habitantes da cidade opções de escolha e ampliar a sua visão em relação às questões arquitetónicas e aos seus direitos no campo do urbanismo. Assim, como apontado anteriormente (Barone e Dobry, 2004), esse processo, incluiu a auscultação da população existente a partir de questões e do diálogo tendo como base os tópicos lançados.

Por outro lado, através da participação da Associação FAS - Fundo de Arquitetura Social, identificado como “arquiteturas coletivas” (Montaner, 2016, p. 106), tornamos possível, dado o curto espaço de tempo, a colaboração e a participação da população residente de mais forma ativa, uma vez que esta associação, tendo a sua sede no bairro do Castelo, atuou como facilitadora em relação ao contacto com a população residente. Tendo como objetivo resolver problemas urbanos do bairro, entre eles a crescente desertificação, a degradação dos edifícios e o desaparecimento de atividades de apoio à população residente, este coletivo, atua através de uma prática profissional não convencional e incluindo diferentes áreas disciplinares (arquitetura, designer e sociologia) na procura de práticas que passam por um conjunto de ações identificadas por Montaner como “ativismo social, arquiteturas temporárias, exposições instalações, ações, cinema experimental e documental, webs e blogs” (Montaner, 2016, p. 106).

Assim, procurámos que a ideia de arquitetura se enquadrasse na compreensão das diferentes componentes de vida dos lugares. Não se pretendeu com isto afastar o ensino da arquitetura dos processos de produção relacionados com o espaço construído e com as questões estéticas, mas abrir o projeto à complexidade do sistema de relações implícitos no campo onde se movimenta a arquitetura colocando em cima da mesa ingredientes pouco habituais na academia, assentes em estratégias de participação.

## Resultados

De acordo com o que foi apresentado e tendo como pano de fundo o cruzamento da prática do projeto com o enfoque oferecido pelo conceito de processo participativo, na *Summer School* foram identificados diferentes problemas, tanto a nível da morfologia do território e da arquitetura, como problemas sociais e urbanos característi-

cos de muitos dos atuais centros históricos das cidades. As intervenções dos estudantes, a partir da observação direta e da interação entre os diferentes intervenientes, centraram-se em locais degradados e devolutos, mas com potencial para a instalação de programas direcionados à sua revitalização<sup>4</sup>.

Desde a escolha dos programas, (que tiveram em conta as necessidades sentidas e o enquadramento das valências existentes na área de intervenção e áreas circundantes), até à problemática decorrente do enorme fluxo de turistas numa zona onde ainda existe uma parte residual da população residente em condições precárias, os problemas levantados enquadravam-se na tríade arquitetura, urbanismo e residentes. As propostas apresentadas pelos alunos foram diversas passando pelo redesenho do acesso ao Castelo, no sentido de reduzir a concentração de pessoas na zona de entrada; ou pela criação de mais pontos de venda de bilhetes por meio do aproveitamento de estruturas semelhantes já existentes na cidade, como as bilheteiras do metro e dos elevadores públicos, ou os pontos de apoio aos turistas; ou, pela abertura das portas do Castelo que se encontram fechadas ou com acesso condicionado, beneficiando o funcionamento de todo o conjunto; ou ainda, por propostas de limitação das entradas impondo aos não residentes a obrigação de adquirir um passe. Também foram propostas soluções relativas à mobilidade e circulação no bairro como a abertura das portas do Castelo que se encontram fechadas, possibilitando a livre circulação, tanto no caminho da ronda, como no interior do bairro, permitindo que o tráfego fluísse de modo mais equilibrado. Também a criação de um novo percurso junto às ruínas do Pátio D. Fradique permitia uma nova permeabilidade nesta zona onde a acessibilidade, devido à forte inclinação do terreno, é bastante dificultada. A nível do edificado, as propostas apresentadas desenvolveram-se em torno de equipamentos de apoio aos moradores. Entre elas destacam-se: “um espaço polivalente (...) capaz de responder às diferentes atividades e eventos locais, tais como: festas populares, almoços, música ao vivo, ensaios das marchas, palestras, entre outros, desenvolvido a partir de um espaço (...) coberto, com cozinha comunitária, instalações sanitárias públicas, sala de arrumos, e no edifício do lavadouro, um café com esplanada numa zona comum aos dois espaços” (Carvalho, *apud* Madeira da Silva *et al.*, 2016).

## Conclusão

Os resultados obtidos, para além de revelarem interesse por indiciarem potenciais estratégias criativas, igualmente revelaram uma arquitetura contextual onde, se procurou estabelecer uma relação com o contexto e com critérios decorrentes das características do lugar. As dificuldades sentidas pelos habitantes sobretudo em relação às alterações provocadas pelo excesso de turistas foram tidas em conta para a formulação de propostas a nível programático. Assim, encontraram-se propostas que passam pela busca de soluções capazes de reconfigurar relações sócio espaciais; e, a par destas, outras associadas a intervenções em edifícios, onde construir, restaurar, recuperar revelam a marca do nosso tempo. (Madeira da Silva *et al.*, 2016).

Apesar do curto espaço de tempo em que decorreu a *Summer School*, o trabalho desenvolvido ultrapassou a investigação, decorrente em sala de aula, associada às questões formais da arquitetura para se transformar num processo de construção de conhecimentos em diferentes patamares, ou seja, em experiências mais do que em certezas. O que se alcançou foi, sobretudo, levantar questões dentro da área disciplinar da arquitetura através de uma nova maneira de olhar a prática do projeto acompanhada pelo olhar crítico de outras áreas disciplinares e dos agentes locais (académicos, arquitetos, sociedade civil e residentes), para que o ensino da arquitetura não se feche sobre si mesmo. As questões respeitantes ao património ambiental, enfatizando as diferentes opções de projeto de acordo com as necessidades dos residentes, foram questões debatidas no processo de projeto. A partir da participação dos vários intervenientes, observava-se que as intervenções colocaram os estudantes numa posição crítica em relação à realidade encontrada, explorando soluções que não passam diretamente pela construção, mas pela descoberta de oportunidades negociáveis a partir das condições existentes e dos interesses dos seus habitantes. Assim, a questão entre a forma física, o património e as necessidades de ordem social, aliada às necessidades da população foi uma das problemáticas levantada no decorrer desta experiência de ensino. Deste modo, os estudantes desenvolveram estratégias de reconversão urbanística, tendo em conta não só fatores de ordem morfológica, mas também aspetos de carácter histórico, social e económico, aprofundando

<sup>4</sup> Alguns exemplos são: as ruínas no Pátio Dom Fradique; o Largo de Santa Cruz do Castelo e o edifício confinante em pré-ruínas; parte do “jardim-paisagem” inserido no conjunto do Castelo, com espécies autóctones da floresta portuguesa – como os sobreiros e pinheiros-mansos –, funcionando na altura como estacionamento automóvel e depósito de lixo; os terrenos expectantes adjacentes ao caminho da ronda; o Pátio da Pascácia na rua de Santa Cruz do Castelo; o lavadouro comunitário junto à Rua do Recolhimento; entre outros.

ações de projeto numa interpretação abrangente e crítica da realidade.

No momento em que as circunstâncias em que se desenvolve a prática profissional em arquitetura, (afastando-se cada vez mais do ciclo tradicional desenvolvido em atelier: da encomenda do projeto à construção do edifício), esta *Summer School* veio trazer a possibilidade de desenvolver uma experiência pouco comum na academia, de modo a adequar as práticas pedagógicas a estas novas circunstâncias. A vivência perto de uma comunidade com as suas histórias e cultura permitiu ver como o mundo pode ser plural e as vivências múltiplas e diferenciadas. Verificámos que, com intervenções mínimas, por vezes decorrentes de questões organizativas e de funcionamento, se pode acrescentar um novo significado aos lugares e ao mesmo tempo preservar a memória de atividades e dos edifícios que tiveram presença marcante na vida desses lugares.

## Bibliografia

- AAVV. (2014), O Processo SAAL: Arquitetura e participação, 1974-1976, *Colóquio Internacional 74 14 SAAL #Arquitectura*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais e o Departamento de Arquitectura da FCTUC, Disponível em: <https://www.serralves.pt/pt/actividades/coloquio-internacional-74-14-saal-arquitectura/>, Acesso: 23/04/2017.
- Barone, A. e Dobry, S. (2004), “Arquitetura Participativa” na visão de Giancarlo De Carlo, *Pós, Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo*, 018, 18-31, Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369>.
- Carreira, D., Bandeira, C., Abe, S., Pereira, V. (s.d.), Processos Participativos, *De olho nos planos*, Disponível em: [www.deolhonosplanos.org.br/processos-participativos/](http://www.deolhonosplanos.org.br/processos-participativos/).
- Edgerton, J., Mcclean, K., Robb, C., Shah, P., Tikare, S. (s.d), *Processos participativos na estratégia para a redução da pobreza*, Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources>.
- Madeira da Silva, T. (2014), *FUC, Ficha de Unidade Curricular, Seminário de especialização. Projetar em Tempo de escassez – Usos Temporários em espaços devolutos*, Lisboa: ISCTE-IUL: Mestrado Integrado em Arquitetura, 2014/2015, Disponível em: <https://fenix.iscte.pt>.
- Madeira da Silva, T., Matos, M., Ferreira, A. (2016), Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez, Uma experiência de ensino num contexto de mudanças nas práticas profissionais de arquitetura, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 32, 80-102.
- Madeira da Silva, T. (2016), “Seminário de Especialização (Curso de Verão)”, in S.F. Bernardes e S.F. Carvalhosa (eds.), *Manual de Práticas Pedagógicas de Integração da Investigação no Ensino Superior*, Lisboa: ISCTE-IUL, pp.124-131, Acessível: em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11232>.
- Montaner, J. (2016), *A Condição Contemporânea da Arquitetura*, Barcelona: Gustavo Gil
- Nazareth, M. (2013). *Participação social no planeamento, construção e gestão das cidades*, Projeto de graduação, Curso de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Ribeiro, A. (2011), *Questões Permanente*, Lisboa: Cotovia.
- Solà-Morales, I. (1998), *Diferencias: Topografía de la Arquitectura Contemporânea*, Barcelona: Gustavo Gili.